



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TOCANTINS – CAMPUS PALMAS**

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

MARCOS PEREIRA DE SOUZA MAGALHÃES

**A OFERTA DO ENSINO A DISTÂNCIA NOS CURSOS PRESENCIAIS DO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS**

**Palmas - TO
2025**

MARCOS PEREIRA DE SOUZA MAGALHÃES

**A OFERTA DO ENSINO A DISTÂNCIA NOS CURSOS PRESENCIAIS DO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Tecnólogo em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Palmas, como exigência à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a Mestra Gislene Magali da Silva

**PALMAS - TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

G721e Magalhães, Marcos Pereira de Souza

A oferta do ensino a distância nos cursos presenciais do Instituto Federal do Tocantins / Marcos Pereira de Souza Magalhães. – PALMAS - TO.
42p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, PALMAS, TO, 2024.

Orientadora: Prof. Mestra Gislene Magali da Silva

1. Curso de graduação. 2. Ensino Presencial. 3. Ensino a distância. 4. Carga horária a distância. I. Silva, Gislene Magali da. II. Título.

CDD350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A OFERTA DO ENSINO A DISTÂNCIA NOS CURSOS PRESENCIAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: 20/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GISLENE MAGALI DA SILVA**
Data: 28/02/2025 11:08:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Mestra Gislene Magali Silva
Presidente da Banca Examinadora/Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **CANDICE CRISTIANE BARROS SANTANA NOVAES**
Data: 28/02/2025 21:16:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Mestra Candice Cristiane Barros Santana Novaes
Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ELEN OLIVEIRA VIANNA**
Data: 28/02/2025 11:29:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Doutora Elen Oliveira Vianna
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida mãe, Maria José, por ter me ajudado muito nessa jornada acadêmica, sem ela não teria conseguido chegar até o final.

Agradeço meu querido tio Fidelino Magalhães por ter me dado muito apoio e estrutura nesse longo período árduo.

Agradeço à minha prezada orientadora Prof^a Mestre Gislene Magali da Silva, que me ajudou muito nesse trabalho de conclusão de curso, não foi uma jornada fácil mas com muita paciência e dedicação conseguimos concluí-lo.

Além disso gostaria de agradecer meus colegas Tiago Mendes, Karlla Ramos e Jaqueline Silva que foram essenciais nessa jornada.

RESUMO

Este estudo investigou a legislação educacional que dá alusão a política pública de inclusão de carga horária a distância em cursos presenciais tendo como foco o Instituto Federal do Tocantins - IFTO. O objetivo foi analisar a aplicabilidade da Portaria 2.117/19 no IFTO, com objetivos específicos relacionados à identificação de cursos presenciais que destinaram parte da carga horária para o ensino a distância e às metodologias usadas para sua implementação. Foram analisados (44) quarenta e quatro Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação presenciais do IFTO para entender como a Instituição lida com os desafios regulatórios da mencionada Portaria. O Instituto Federal do Tocantins se destaca como uma Instituição que valoriza o ensino a distância com resposta às demandas educacionais em expansão, pois os resultados revelaram que 52% dos cursos de graduação utilizam carga horária à distância. No entanto, é crucial que o IFTO continue aprimorando as metodologias de ensino para o ensino a distância, considerando que já existe a garantia regulatória, a atenção agora é o fornecimento de instrumentos e capacitação para uma educação de excelência que atenda às necessidades dos Estudantes, o desenvolvimento da Sociedade e o cumprimento da missão do Instituto.

Palavras-chave: Curso de graduação; Ensino presencial; Ensino a distância; Carga horária a distância;.

ABSTRACT

This study investigated educational legislation that alludes to the public policy of including distance learning hours in face-to-face courses, focusing on the Instituto Federal do Tocantins - IFTO. The objective was to analyze the applicability of Ordinance 2,117/19 at IFTO, with specific objectives related to the identification of face-to-face courses that allocated part of the course load to distance learning and the methodologies used for their implementation. (44) forty-four Pedagogical Projects for in-person undergraduate courses at IFTO were analyzed to understand how the Institution deals with the regulatory challenges of the aforementioned Ordinance. The Federal Institute of Tocantins stands out as an Institution that values distance learning in response to expanding educational demands, as the results revealed that 52% of undergraduate courses use distance learning hours. However, it is crucial that IFTO continues to improve teaching methodologies for distance learning, considering that there is already a regulatory guarantee, the attention now is on providing instruments and training for excellent education that meets the needs of Students, the development of Society and the fulfillment of the Institute's mission.

Keywords: Graduation course; In-person teaching; Distance learning; Distance workload.

LISTA DE SIGLAS

EAD	Educação a Distância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
IES	Instituições de Ensino Superior
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
MEC	Ministério da Educação
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
SEED	Secretaria de Ensino a Distância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Perfil dos cursos de graduação do IFTO.....	27
Gráfico 2. Quantitativo de cursos de graduação do IFTO com oferta a distância...	30
Gráfico 3. Cursos de graduação do IFTO, em porcentagem	30
Gráfico 4. Percentuais de oferta a distância nos cursos presenciais.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.Cursos exclusivamente presenciais ofertados pelo IFTO.....	28
Tabela 2. Oferta da carga horária a distância nos cursos de graduação do IFTO.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Materiais didáticos para o ensino a distância nos cursos do IFTO.....	36
---	----

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 JUSTIFICATIVA.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3.1 A evolução da educação a distância no mundo.....	16
3.2 A educação a distância no Brasil.....	17
3.3 A política de Educação a Distância para os cursos.....	21
4 METODOLOGIA.....	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
7 REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) tem um papel fundamental na democratização do acesso à educação, essa modalidade inovadora e tecnológica busca facilitar o acesso ao ensino de forma a ofertar a mesma qualidade da educação presencial tradicional.

O processo de democratização da educação no Brasil ganhou impulso significativo com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Seguindo este marco, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 desempenhou um papel crucial ao estabelecer diretrizes nacionais para uma gestão democrática em âmbito nacional (Aparecido; Zambon, 2020).

Segundo Hayashi et al. (2020), a democratização da educação significa torná-la acessível a todos, mas não deve ser confundida com um processo de padronização em massa. É um dever constitucional do Estado garantir à nossa sociedade o acesso ao conhecimento básico e essencial para que todos possam se integrar economicamente e socialmente. Isso envolve não apenas a quantidade de pessoas alcançadas, mas também a qualidade do ensino, promovendo equilíbrio, cidadania e justiça social.

No Brasil a EaD é resultado de iniciativas tanto governamentais quanto privadas, que buscaram implantar, ampliar e democratizar o acesso à educação ao longo de várias décadas (Cruz; Lima, 2019). Além disso, é importante destacar que a Educação a Distância se constitui de normas regulamentadoras para sua execução e atuação no setor educacional brasileiro, visto que essas regulamentações são de grande importância para o desenvolvimento e aprimoramento no sistema educacional.

A educação a distância é uma modalidade de ensino em que alunos e professores estão separados do local de ensino tradicional e que necessitam de algum meio tecnológico para interagir durante a troca de informações (Moore; Kearsley, 2007).

Para esses autores educação a distância se resume em aspectos fundamentais que caracteriza e diferencia essa modalidade de ensino, como: o estudo deve ser

planejado, executado por meios diversos de tecnologia, e em locais diferentes do ensino tradicional.

“A educação a distância é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por Instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”, (Maia; Mattar, 2007).

O Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo que a educação a distância é uma modalidade educacional que abrange o uso de tecnologia de informação e comunicação para o desenvolvimento de tarefas educacionais por discentes e profissionais da educação que estejam em espaços e tempos diferentes (Brasil, 2017).

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

A legislação que dispõe sobre a oferta de carga horária da modalidade de ensino a distância é a portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que estabelece regras e critérios a serem adotadas para as Instituições de Ensino Superior (IES).

Entre elas as disciplinas que serão ofertadas parcial ou integralmente a distância deverão ser detalhadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e inclusive as tarefas que serão executadas a distância deverão constar no plano de ensino da disciplina. Além disso, as Instituições de Ensino deverão informar no cadastro do e-MEC a oferta da carga horária a distância (Brasil, 2019).

Para o reconhecimento de autorização do curso, essa portaria define alguns critérios que estão especificados em seu artigo 7º na qual ressalta que o curso deve ter conceito igual ou superior a três em todos os indicadores. Os indicadores são Metodologia, Atividades de tutoria, Ambiente Virtual de Aprendizagem e Tecnologia de Informação e Comunicação (Brasil, 2019).

Dessa forma é fundamental destacar a importância da legislação 2.117/19 e o que ela proporciona para os cursos de graduação. Antes de tudo é essencial

compreender primeiro o conceito do ensino superior e como é organizado no sistema educacional brasileiro, uma vez que, para a compreensão das ideias apresentadas na pesquisa é importante a abordagem dos conceitos e aspectos iniciais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define que a educação superior no Brasil tem como finalidade estimular a criação cultural, desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo, formar profissionais aptos para inserção profissional e participação na sociedade, incentivar pesquisa e investigação científico, promover a divulgação do conhecimento, estimular o aperfeiçoamento cultural e profissional, abordar problemas do mundo presente, prestar serviços à comunidade e promover a extensão para a difusão das conquistas culturais e científicas (Brasil, 1996).

2 JUSTIFICATIVA

Tendo como recorte o Instituto Federal do Tocantins, o estudo busca entender qual o destaque do IFTO perante uma instituição que valoriza o ensino a distância em resposta às demandas educacionais em expansão. O propósito da pesquisa foi analisar sobre a legislação educacional que visa a regulamentação da disponibilização da carga horária a distância nos cursos presenciais.

Desta forma traz como objetivo geral analisar a aplicabilidade da Portaria MEC nº 2.117/19 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados no IFTO. E, compete aos objetivos específicos apontar os cursos de graduação, presenciais, do Instituto Federal do Tocantins que adotaram o ensino a distância e, analisar as metodologias usadas para a aplicabilidade do ensino a distância.

Portanto, a justificativa para a escolha da temática reside na necessidade de compreender como a integração do ensino a distância com o ensino presencial ocorre no Instituto Federal do Tocantins, e como a instituição está enfrentando os desafios regulatórios e pedagógicos associados a esta abordagem em seus currículos e suas formas de contribuição para o avanço do conhecimento na área de políticas educacionais.

E, uma vez que a pesquisa terá como eixo documentos que dispõem e regulamentam sobre esta possibilidade, a análise compreendeu (44) quarenta e quatro Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação presenciais do IFTO na busca de responder a seguinte problemática: Como o Instituto Federal do Tocantins tem enfrentado os desafios regulatórios estabelecidos pela Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019?

A Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 estabelece as diretrizes para a oferta de carga horária a distância em cursos de graduação presenciais, podendo ser ofertada até 40% da carga horária à distância.

Nesse sentido, as instituições de ensino superior podem oferecer carga horária na modalidade a distância desde que seja explícita na organização pedagógica de cada curso de graduação presencial.

Ademais, a Portaria nº 2.117/2019 é a mais vigente Legislação que relaciona a

oferta da carga horária a distância para a maioria dos cursos de graduação presenciais atualmente.

E, entende-se que a criação dessa regulamentação com um percentual considerável de carga horária não presencial promove e incentiva a modernização de metodologias no ensino superior.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A evolução da educação a distância no mundo

Segundo Maia e Mattar (2007) ainda que muitos argumentem que se trata de um conceito novo na evolução da educação, a educação a distância tem uma longa história. Voltando a vários séculos na trajetória humana, pode-se afirmar que a educação a distância é tão antiga quanto a escrita. Alguns estudiosos veem as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo como os primeiros exemplos isolados de educação a distância.

Essa modalidade de ensino, na realidade, possui uma trajetória longa, o que torna difícil estabelecer um marco preciso ou o momento exato de sua origem. A literatura apresenta diversas situações que podem ser interpretadas como a primeira experiência

No entanto, outros acreditam que o ensino a distância só se tornou viável com a invenção da imprensa no século XV. A escrita, a princípio, permitiu que pessoas separadas geograficamente se comunicassem e registrassem informações, obras e documentos.

A invenção de Gutenberg, da imprensa móvel de no século XV, que transformou profundamente o acesso à informação e ao conhecimento. Antes disso, os livros eram copiados manualmente, o que tornava sua produção demorada e limitada a poucas pessoas. Com a imprensa, a reprodução de textos ficou muito mais rápida e acessível, por sua vez, facilitou esse processo, possibilitando a disseminação das ideias para um número maior de pessoas, o que intensificou os debates, a produção e a reprodução do conhecimento (Maia; Matta, 2007).

De acordo com Faria e Salvadori (2011) a Educação a Distância evoluiu ao longo do tempo, com sua primeira experiência ocorrendo entre 1728 e meados da década de 1970. Este período é considerado a primeira geração da EaD, marcada predominantemente pelo estudo por correspondência.

Durante esses anos, a interação entre os alunos e a instituição era bastante limitada, ocorrendo principalmente durante os exames. Os alunos recebiam materiais impressos para estudo, acompanhados por exercícios de fixação.

A segunda geração da EaD incorporou novas mídias, como a televisão, o rádio, fitas de áudio e vídeo, além do telefone. A terceira geração trouxe a utilização do videotexto, microcomputadores, tecnologias multimídia, hipertexto e redes de computadores, caracterizando a educação a distância on-line.

Diferente da geração anterior, onde havia uma variedade de mídias, essa fase integrou essas tecnologias, convergindo para multimídia e computação. A terceira geração da EaD é marcada pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação (Maia; Matta, 2007).

Ao longo da história da educação, diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento da Educação a Distância (EaD). Exemplos disso incluem a invenção da escrita, as cartas bíblicas, os livros manuscritos e a criação da imprensa por Gutenberg em 1453. Essas e outras inovações permitiram que o conhecimento fosse acessível sem a presença física de um professor (Carvalho, 2013).

De acordo com Vidal e Maia (2010) nas duas últimas décadas do século XX, as tecnologias digitais impulsionaram o desenvolvimento da educação a distância (EaD). Esses recursos inovadores possibilitaram o desenvolvimento da aprendizagem mediada por processos de interação tanto síncronos quanto assíncronos.

A chegada da internet trouxe uma verdadeira transformação ao processo de ensino-aprendizagem na EaD, promovendo uma visão do aluno mais como um colaborador ativo na construção do conhecimento, em vez de apenas um receptor passivo (Vilaça, 2010).

3.2 A educação a distância no Brasil

A Educação a Distância (EaD) vem se firmando como uma modalidade de ensino inovadora e em crescimento, tanto no cenário internacional quanto no Brasil. No contexto global, a EaD se apresenta como uma solução eficaz para a democratização do ensino, proporcionando acesso à educação para pessoas de diferentes regiões e contextos sociais (Souza, 2024).

A Educação a Distância representa uma das formas inclusivas de ensino. Essa abordagem faz uso de tecnologias de informação e comunicação para superar barreiras, facilitando a construção e disseminação do conhecimento.

Assim, fortalecer a educação a distância é considerado uma estratégia

poderosa, dada sua capacidade de atender simultaneamente diversas pessoas, especialmente aquelas que estão geograficamente distantes dos locais de ensino convencionais ou que têm restrições de horário para estudar (Oliveira; Santos, 2019).

Segundo Souza (2024), no Brasil, a Educação a Distância - EaD ganhou destaque especialmente a partir do final dos anos 1990, quando o Ministério da Educação -MEC- começou a regulamentar e promover essa modalidade de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 representou um marco importante, ao oficializar a EaD como uma forma legítima de disseminação do conhecimento.

Esse reconhecimento impulsionou a criação de cursos de graduação e pós-graduação a distância, ampliando de maneira significativa o acesso ao ensino superior, especialmente em áreas remotas e com menos recursos econômicos (Souza, 2024).

A introdução da Educação a Distância EaD no artigo 80 da lei transformou o cenário da educação superior no país, gerando um aumento significativo na expansão e, por conseguinte, no acesso a esse nível de ensino.

Isso foi resultado da implementação de políticas externas para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, que se tornaram indispensáveis no processo de democratização da educação (Resende; Costa, 2019).

O artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) enfatiza a responsabilidade do Estado em garantir a oferta de educação escolar pública, como mencionado no âmbito da recente Política Nacional de Educação Digital. É importante destacar que esse artigo foi modificado com a inclusão do inciso XII, o que representa uma atualização significativa.

XII – educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas (Brasil, 1996).

O avanço das tecnologias de informação e comunicação foi fundamental para essa mudança, ao possibilitar maior interação entre professores e estudantes e facilitar a distribuição de conteúdos por diversas plataformas.

De acordo com Hermida e Bonfim (2006), no Brasil a educação a distância começou a se desenvolver em 1904, com a oferta de alguns cursos por correspondência pelas Escolas Internacionais, uma instituição com origem nos Estados Unidos.

A formação de professores a distância começou com a criação da Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, que oferece programas diários, incluindo um jornal direcionado aos professores. Em 1941, o Programa Universidade no Ar transmite conteúdos educativos via rádio para professores sem formação formal. Já na década de 1960, os cursos a distância foram ampliados tanto utilizando a correspondência como também o rádio e a televisão (Moraes, 2016).

Entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não governamentais começaram a oferecer cursos supletivos a distância. Esse modelo, conhecido como teleducação, utilizava aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos, marcando o início da segunda geração da Educação a Distância no país (Alves, 2011).

Segundo Mungol (2009), no Brasil as primeiras experiências de educação a distância ocorreram através de cursos por correspondência, com o rádio e a televisão servindo como ferramentas de apoio.

A partir dos anos 90, com a expansão das tecnologias de informação e comunicação, começaram a surgir programas oficiais e estruturados de EaD, e assim dá início a terceira geração da EaD, incentivados pelas Secretarias de Educação em nível municipal e estadual. Algumas dessas iniciativas foram realizadas de forma independente, enquanto outras contaram com a colaboração das universidades.

A Educação a Distância no Brasil começou a se expandir na década de 1990, impulsionada pela popularização da internet. Isso permitiu que muitas Instituições de Ensino Superior passassem a oferecer cursos de Licenciatura, Especialização e Mestrado a distância (Moraes, 2016).

Com o crescimento da EaD, surgiram preocupações relacionadas à sua organização, apoio e supervisão. Em resposta, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 1995, a Secretaria de Ensino a Distância (SEED/MEC), com o objetivo de coordenar os diversos programas de EaD no Brasil inteiro (Moraes, 2016).

Com a promulgação da Lei n. 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (LDB), o ensino a distância foi formalmente reconhecido no Brasil como uma modalidade educacional, inicialmente destinada à complementação da aprendizagem ou para uso em situações emergenciais (Mugnol, 2009).

De acordo com Vidal e Maia (2010) após a implementação da LDB, surgiram diversas experiências que integraram não apenas os recursos pedagógicos tradicionais, como material impresso, vídeo aulas, tutoria e professores conteudistas, mas também tecnologias digitais avançadas.

Essas inovações possibilitaram a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, permitindo interações síncronas e assíncronas.

A mesma lei estabeleceu que cada município deve oferecer cursos presenciais ou a distância para jovens e adultos com escolaridade insuficiente. O artigo 80 da LDB incentiva o desenvolvimento de programas de ensino a distância em todos os níveis de ensino, enquanto o Plano Nacional de Educação, em vigor desde 2001, destaca essa modalidade como uma ferramenta eficaz para enfrentar déficits educacionais e desigualdades regionais (Mugnol, 2009).

Com o Decreto nº 5.622/05, os cursos a distância passaram a ser reconhecidos no sistema oficial de ensino, desde que oferecidos por instituições credenciadas pelo MEC.

Isso impulsionou a produção de conhecimento sobre a EaD no Brasil e fomentou o desenvolvimento de novos projetos de cursos, principalmente voltados à formação de professores (Mugnol, 2009).

Para Soares e Silva (2020) um marco importante na expansão da educação a distância no Brasil foi a criação da Universidade Aberta do Brasil -UAB, instituída em 8 de junho de 2006 pelo Decreto nº 5.800. Este decreto definiu que a UAB seria destinada ao desenvolvimento da educação a distância, com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de ensino superior em todo o país.

Entre as metas da UAB, destacam-se a oferta prioritária de cursos de licenciatura e a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. Além disso, a UAB buscou utilizar a educação a distância para capacitar dirigentes, gestores e profissionais envolvidos na Educação Básica em todo o Brasil (Soares; Silva, 2020).

De acordo com Maia e Mattar (2007), muitos países, independentemente do seu nível de desenvolvimento econômico, fornecem educação a distância a milhões

de pessoas em todos os níveis educacionais, utilizando sistemas mais ou menos estruturados.

Para os autores há uma vasta gama de instituições que oferecem cursos a distância, desde disciplinas isoladas até programas completos de graduação e pós-graduação. Algumas dessas instituições também oferecem cursos presenciais, enquanto outras são dedicadas exclusivamente ao ensino a distância.

De acordo com Neves e Martins (2016), o Brasil estabeleceu em seu sistema de educação superior dois setores, um governamental e outro particular, englobando hoje um sistema variado de Instituições de Ensino Superior governamentais (federais, estaduais e municipais) e privadas (religiosas, independentes, comunitárias e filantrópicas).

3.3 A política de Educação a Distância para os cursos presenciais

O processo de regulamentação da educação a distância no Brasil ganhou impulso significativo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96. O principal artigo sobre educação a distância na LDB é o artigo 80 que estabelece que o poder público induzirá o desenvolvimento da EaD para todos os níveis e modalidades de ensino.

Outra regulamentação importante para fortalecer a EaD na carga horária dos cursos presenciais é o Decreto nº 2.494/1998 que regulamenta o artigo 80 da LDB. Ele apresenta um maior detalhamento sobre o processo de regulamentação da EaD, como por exemplo, em que o ensino a distância poderá ser ofertado por diversas modalidades de ensino como a educação básica, educação profissional, educação superior entre outros. Também as formas de credenciamentos que as instituições devem seguir para a regularização de seus cursos presenciais com oferta a distância.

Após um período sem ajustes nas legislações a distância, em 2005, entra em vigor o Decreto nº 5.622/2005, revogando o Decreto nº 2.494/1998 trazendo atualizações como o credenciamento de polos de apoio presencial e a obrigatoriedade de avaliações presenciais na sede ou em um dos campos das IES (Brasil, 2005).

Já no ano de 2007 ocorre a implementação do Decreto nº 6.303/2007, revogando o Decreto nº 5.622, no qual traz alterações onde torna mais claro e mais

rigorosa as regras da educação a distância no Brasil, um exemplo é a necessidade de avaliação periódica e fiscalização do MEC (Brasil, 2007).

De acordo com Ruas et al. (2022) as legislações que regulamentam a educação a distância para os cursos presenciais de graduação entra em ação a partir do ano de 2001 com as Portarias 2.253/01 e, posteriormente, com a Portaria 4.059/04 e Portaria 1.131/2016 que aprova que as IES possam ofertar um limite de 20% da carga horária total do curso a distância.

A Portaria nº 2.253/01 determina a autorização apenas para Universidades e Centros Universitários a criar disciplinas não presenciais com uma simples comunicação ao MEC enquanto as demais Instituições de Ensino Superior (IES) precisam solicitar autorização ao MEC. Portanto a portaria especifica claramente que o total de carga horária a distância de cada disciplina não poderá ultrapassar os 20% da sua carga horária total presencial (Brasil, 2001).

Em 2004, com a implementação da Portaria MEC nº 4.059/2004 foi a atualização foi referente que a carga horária a distância das disciplinas dos cursos presenciais onde estas poderiam ser ofertadas integral ou parcialmente, desde que não ultrapassem o limite de 20%, tópico que não existia na Portaria nº 2.253/01 (Brasil, 2004).

A próxima legislação de oferta a distância para cursos de graduação presencial só entrou em vigor em 2016 com a Portaria nº 1.134/2016 trazendo outra definição para o ensino a distância, declarando “modalidade a distância” na qual a Portaria anterior nº 2.253/01 caracterizava como “modalidade semipresencial”.

A grande mudança veio em 2018 com a Portaria nº 1.428 trazendo novidades para o regulamento da EaD. A grande mudança apresentada pela Portaria nº 1.428/2018 foi o aumento do percentual de oferta da carga horária a distância para os cursos de graduação presenciais onde o limite passa de 20% para 40%.

Além disso, a Portaria trouxe um aspecto restringindo a possibilidade da oferta a distância para os cursos da área de engenharia e da saúde (Brasil, 2018).

A mais recente Legislação que regulamenta a oferta da carga horária a distância para os cursos de graduação presenciais, a Portaria nº 2.117/2019, manteve o limite de 40% da Portaria anterior.

Porém, altera o texto que proibia a oferta de carga horária a distância para as

áreas de engenharia e saúde e permitindo a inclusão de carga horária a distância, proibindo a oferta apenas para o curso de Medicina.

4 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa e quantitativa para responder a problemática e os objetivos, na qual buscou-se dados para conhecer a aderência dos percentuais a distância nos (44) quarenta e quatro Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC de (11) onze Unidades de Ensino composto pelos campus Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Gurupi, que fazem parte do contexto do Instituto Federal do Tocantins-IFTO.

Delineada por análise documental, a pesquisa buscou entender quais as metodologias utilizadas na demanda do ensino a distância relacionadas nos PPCs anexados na página do IFTO em processos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do IFTO.

Segundo Rodrigues et al. (2021), a abordagem qualitativa da pesquisa enfatiza que toda pesquisa nasce de um questionamento ou problema que requer exploração.

Por outro lado, uma pesquisa quantitativa concentra-se na manipulação precisa dos dados, empregando ferramentas e métodos objetivos para examinar os dados encontrados por meio de análises controladas por abordagens matemáticas, com o objetivo de alcançar benefícios de caráter geral (Mineiro et al., 2022).

Para o estudo, em questão, os cursos superiores, exclusivamente em EaD, não serão contabilizados no cálculo, pois a finalidade é analisar os cursos presenciais de graduação que ofertam percentuais de carga horária a distância.

Tendo como base o artigo 7º, da portaria 2.117/19, o qual ressalta que para a aprovação do curso deve atender os indicadores como: Metodologia, Atividades de tutoria, Ambiente Virtual de Aprendizagem e Tecnologia de Informação e Comunicação para ter um conceito igual ou superior a três, entendeu-se da necessidade de coletar e analisar estes dados discutindo-os através de análise objetiva representando-os através de formas gráficas, em quadros e tabelas.

Sendo que, os parâmetros para estruturação das seções da tabela permitiram a compilação dos cursos de graduação presenciais que adotam o ensino a distância e os cursos que mantêm um formato exclusivamente presencial, conforme definido nos Projetos Pedagógicos de Curso - PPC.

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi essencial examinar minuciosamente

as informações extraídas dos Projetos Pedagógicos de cada curso de graduação ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins. Isso, por sua vez, evidencia uma análise detalhada e reflexiva das informações para compreender a distribuição da carga horária.

A investigação nos Projetos Pedagógicos de Cursos permitiu identificar os métodos pedagógicos adotados, recursos tecnológicos utilizados e estratégias de ensino aplicadas.

Essa abordagem aprofundada possibilitou não apenas a quantificação da carga horária a distância, mas também uma compreensão na implementação de cada curso, contribuindo assim para uma análise mais abrangente e fundamentada.

O Projeto Pedagógico de Curso PPC é um documento essencial solicitado pelo Ministério da Educação (MEC) para estruturar academicamente os cursos, neste caso, o ensino superior.

Nele, são incluídos a abordagem de ensino-aprendizagem, a matriz pedagógica, os métodos de avaliação do conhecimento dos alunos e os recursos de suporte educacional utilizados pelos professores no cotidiano (Guimarães, 2020).

Assim, o estudo foi demonstrado através de gráficos que estabelecem a proporção de cursos que optaram por aderir ou não o ensino a distância.

E, para a observação das metodologias aplicadas e atividades de tutoria para a oferta do ensino a distância dos cursos do IFTO, o método da transcrição traz na íntegra o que foi pensado para os cursos.

Para melhor compreensão sobre os meios utilizados para detalhar as ferramentas aplicadas para a disponibilização do ensino a distância foram explanados por campus usando como ferramenta as tabelas e quadros.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cogitado no início do estudo como um desafio para o Instituto Federal do Tocantins atender os marcos regulatórios estabelecidos pela portaria MEC nº 2.117 de dezembro de 2019, este espaço traz, inicialmente, a análise dos percentuais de carga horária a distância nos cursos de graduação do IFTO.

Vários estudos vêm sendo desenvolvidos ao longo dos tempos em busca de proporcionar uma melhor qualidade no ensino. A modalidade EaD no ensino presencial poderá ser entendida como uma modalidade educativa inclusiva, que objetiva se desenvolver como uma prática social democrática, almejando a emancipação humana e cidadã. (Unirede, 2023).

A investigação desses percentuais tem como proposta auxiliar uma compreensão mais profunda sobre a adaptação dos cursos à modalidade a distância, através de uma visão mais precisa e abrangente de como se encontra a oferta educacional no Instituto Federal do Tocantins.

E, espera-se que o resultado do estudo poderá de alguma forma contribuir para a reorganização de Projetos Pedagógicos de Cursos- PPCs já existentes, para as futuras ofertas da Instituição de Ensino e para orientações de metodologias para melhorar a qualidade do ensino superior.

O presente estudo revelou que dos (44) quarenta e quatro cursos de graduação presenciais analisados, (21) vinte e um cursos permanecem com suas ofertas exclusivamente presenciais e (23) vinte e três cursos relacionam em algum momento a oferta a distância. O estudo teve como base os PPCs que demonstraram os cursos com oferta a distância que fazem parte de 52% da totalidade dos cursos do Instituto Federal do Tocantins.

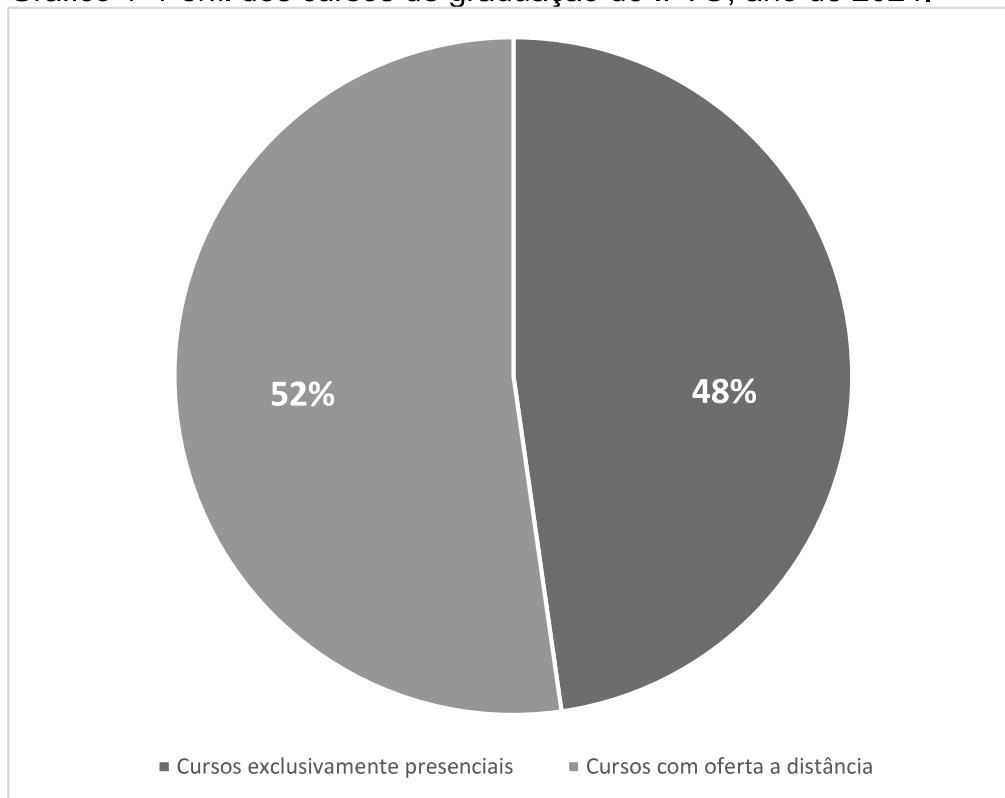
O estudo revelou que alguns PPCs ainda estão desatualizados e acredita-se que deverão passar por uma reestruturação devido ao tempo de elaboração, podendo assim modificar este percentual.

As orientações condicionais da Portaria nº 21.117/2019 estabelecem que as instituições de ensino devem garantir uma comunicação transparente das ofertas e, especificamente, sobre a distribuição da carga horária a distância em cada curso.

Mediante esta contextualização e para uma melhor visualização, o gráfico a

seguir representa, em percentual, como se encontram os (44) quarenta e quatro cursos de graduação presenciais, até o presente momento, ofertados pelo Instituto Federal do Tocantins.

Gráfico 1- Perfil dos cursos de graduação do IFTO, ano de 2024.



Fonte: Autoria Própria.

O cumprimento da Portaria é crucial para que as instituições de ensino superior, como o IFTO, estabeleçam diretrizes que promovem a transparência na oferta de cursos. Ao garantir uma comunicação clara sobre a distribuição da carga horária a distância em cada curso, a instituição não apenas atende às normativas regulatórias, mas também se fortalece, garantindo uma educação de qualidade alinhada aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Assim foram analisadas os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, em vigência, no formato presencial, das Unidades de Ensino no âmbito do Instituto Federal do Tocantins em busca de conhecer estas orientações.

O estudo parte que nos cursos estruturados no IFTO, relacionados na tabela a seguir, não apontaram registros de carga horária a distância, sendo assim, os 100%

presenciais. Nota-se que o processo de elaboração data-se do ano de 2021 a 2024 e que alguns estão em processo de encerramento.

Tabela 1 – Cursos exclusivamente presenciais ofertados pelo IFTO.

Campus	Tipo de curso	Nome do curso	Processo da última versão do curso	Carga horária a distância	Carga horária total
Araguaína	Tecnologia	Análise e Desen. de Sistemas	23237.0092 01/2021-37	Não	2.166,8 h
Araguaína	Tecnologia	Gestão da Produção Industrial	23237.0059 07/2022-19	Não	2.580 h
Araguaína	Bacharelado	Farmácia	23237.0048 00/2022-45	Não	4.000 h
Colinas	Licenciatura	Computação	23725.0082 80/2023-29	Não	3.266,35 h (Em fase de encerramento)
Colinas	Licenciatura	Computação Parfor	23725.0227 95/2022-51	Não	3.266,35 h
Colinas	Bacharelado	Engenharia Agrônômica	2372.01711 3/2022-98	Não	3.600 h
Colinas	Tecnologia	Análise e Desenv. De Sistemas	23725.0119 98/2022-11	Não	2167,2 h
Colinas	Licenciatura	Pedagogia	23725.0133 94/2022-18	Não	3.300 h
Dianópolis	Licenciatura	Computação	2348.01062 9/2017-54	Não	3.280 h (Em fase de encerramento)
Lagoa da Confusão	Bacharelado	Engenharia Agrônômica	23235.0180 23/2021-55	Não	3.640 h
Palmas	Licenciatura	Física	23236.0235 94/2023-63	Não	3.250 h
Palmas	Licenciatura	Letras	23236.0168 85/2023-03	Não	3.220 h
Palmas	Licenciatura	Matemática	23236.0213	Não	3.250 h

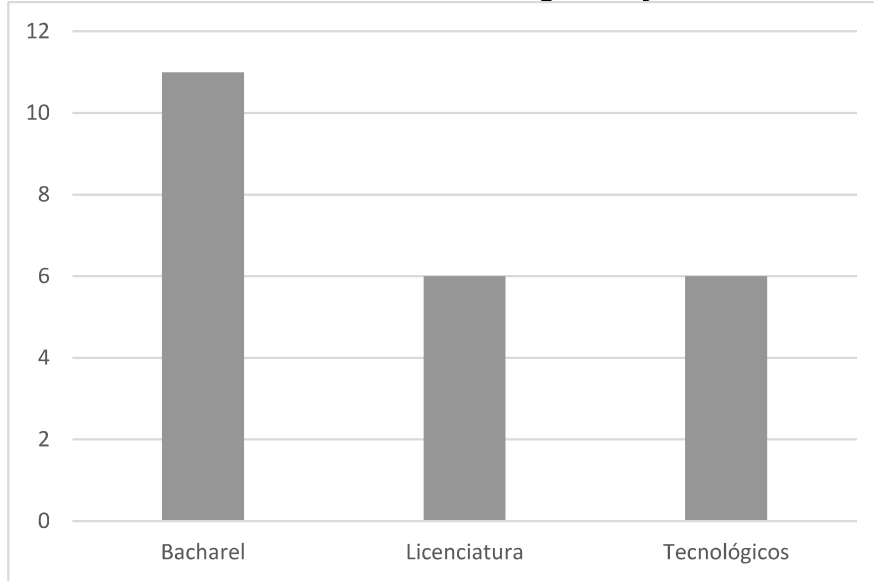
	a		40/2023-19		
Palmas	Tecnologia	Sistemas Elétricos	(Apenas processo físico)	Não	(Não há processo no SEI Extinto)
Palmas	Tecnologia	Gestão do Turismo	23236.0218 10/2022-55	Não	1.733,7 h (Em fase de encerramento)
Palmas	Licenciatura	Educação Física	23236.0247 73/2023-18	Não	3.220 h
Paraíso	Tecnologia	Gestão da TI	23234.0093 11/2024-71	Não	(Em fase de encerramento)
Pedro Afonso	Bacharelado	Engenharia Agrônômica	23235.0075 47/2021-11	Não	4.320 h
Porto Nacional	Licenciatura	Computação	23337.0170 04/2021-63	Não	3.280,2 h (Em fase de encerramento)
Porto Nacional	Licenciatura	Pedagogia	23337.0031 01/2022-50	Não	3.300,4 h
Porto Nacional	Bacharelado	Sistemas de Informação	23337.0031 01/2022-50	Não	3.180,05 h

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2024).

Da totalidade (21) vinte e um cursos de graduação, exclusivamente presenciais, as licenciaturas são as que mais permanecem com suas atividades no formato 100% presencial, perfazendo um total de (10) dez cursos, seguidos de (6) seis cursos de tecnologias e em número bem próximo dos bacharelados com (5) cinco cursos.

Os estudos revelaram que dos (44) quarenta e quatro cursos de graduação presenciais ofertados pelo IFTO (23) vinte e três cursos apontaram o ensino a distância. Os cursos de Bacharelado foram os que mais aderiram à oferta do ensino a distância em sua carga horária, sendo no total de (11) onze cursos. Em seguida vem os cursos de Licenciatura e Tecnológicos com (6) seis cursos cada.

Gráfico 2- Quantitativo de Cursos de graduação do IFTO com oferta a distância

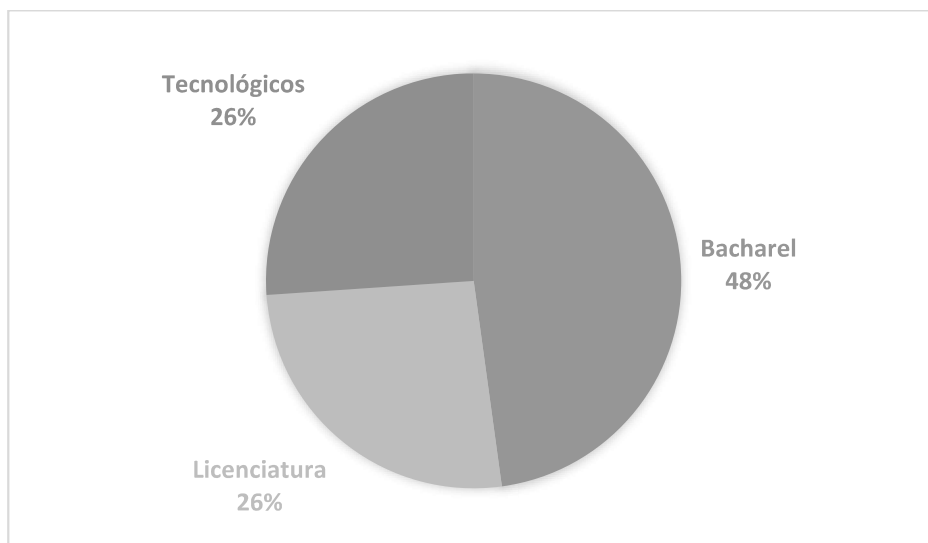


Fonte: Autoria Própria.

Ressaltando que foram analisados os PPCs dos cursos de graduação presenciais vigentes até o segundo semestre do ano de 2024, período da análise, com informações acessíveis nas Unidades de Ensino do Instituto Federal do Tocantins.

O gráfico, a seguir, mostra os cursos de graduação do IFTO, em percentual, que têm definido no Projeto Pedagógico, a oferta a distância.

Gráfico 3- Cursos de graduação do IFTO com oferta a distância, em porcentagem



Fonte: Autoria Própria.

Desde 2019, as Instituições de Educação Superior podem usar o limite de até 40% da carga horária total do curso com oferta a distância conforme orienta a Portaria MEC nº 2.117/19. Em seu artigo 2º, estabelece que o percentual deve estar evidentemente presente na matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

A tabela 2 revela como está constituída a oferta das disciplinas ofertadas totalmente ou parcialmente a distância nos PPCs dos cursos presenciais em bacharelados, licenciaturas e tecnologia no âmbito do Instituto Federal do Tocantins.

Tabela 2 – A oferta da carga horária a distância nos cursos de graduação do IFTO.

Campus	Tipo de curso	Nome do curso	Processo da última versão do curso	Percentual a distância	Carga horária total
Araguatins	Licenciatura	Ciências Biológicas	23233.0246 13/2022-18	18,48 %	3.867 h
Araguatins	Licenciatura	Computação	23233.0074 65/2018-91	18,18 %	3.740 h
Araguatins	Bacharelado	Engenharia Agrônoma	23233.0304 53/2017-89	20 %	5.180 h
Araguatins	Bacharelado	Medicina Veterinária	23233.0264 58/2019-79	17%	4.000 h
Dianópolis	Bacharelado	Engenharia Agrônoma	23481.0048 81/2021-19	21 %	3.720 h
Dianópolis	Licenciatura	Ciências Biológicas	23481.0206 67/2022-82	19.38 %	3.200 h
Gurupi	Bacharelado	Engenharia Civil	23338.0251 61/2022-13	34,50 %	3.600 h
Gurupi	Tecnologia	Gestão Pública	23338.0247 55/2022-15	22,76 %	1.733,4 h
Gurupi	Tecnologia	Produção de Grãos	23338.0247 56/2022-51	21,6 %	2.580 h
Gurupi	Licenciatura	Teatro	23338.0229 59/2022-11	17,2 %	3.266,4 h
Palmas	Bacharelado	Engenharia Civil	23236.0146 70/2022-69	37,17%	3.600 h

Palmas	Tecnologia	Gestão Pública	23236.0222 69/2022-01	37,4 %	1.800 h
Palmas	Tecnologia	Sistemas para Internet	23236.0075 77/2022-06	10,4 %	2.010 h
Palmas	Bacharelado	Engenharia Elétrica	23236.0237 49/2023-61	10,33%	3.600 h
Palmas	Bacharelado	Zootecnia	23236.0197 10/2020-05	20%	3.700 h
Palmas	Bacharelado	Engenharia Agrônômica	23236.0121 87/2017-82	15 %	3.600 h
Paraíso	Bacharelado	Administração	23234.0151 92/2020-62	32,65 %	3.200,7h
Paraíso	Tecnologia	Alimentos	23234.0088 18/2021-65	40 %	2.740 h
Paraíso	Licenciatura	Matemática	23234.0209 17/2022-04	13,9 %	3.260,4 h
Paraíso	Licenciatura	Química	23234.0050 80/2022-65	28 %	3.317 h
Paraíso	Bacharelado	Sistemas de Informação	23234.0193 68/2022-17	32,7 %	3.180 h
Porto Nacional	Bacharelado	Administração	(processo físico)	9,72 %	3.092 h
Porto Nacional	Tecnologia	Logística	23337.0025 74/2021-59	15,56 %	1.720,4 h

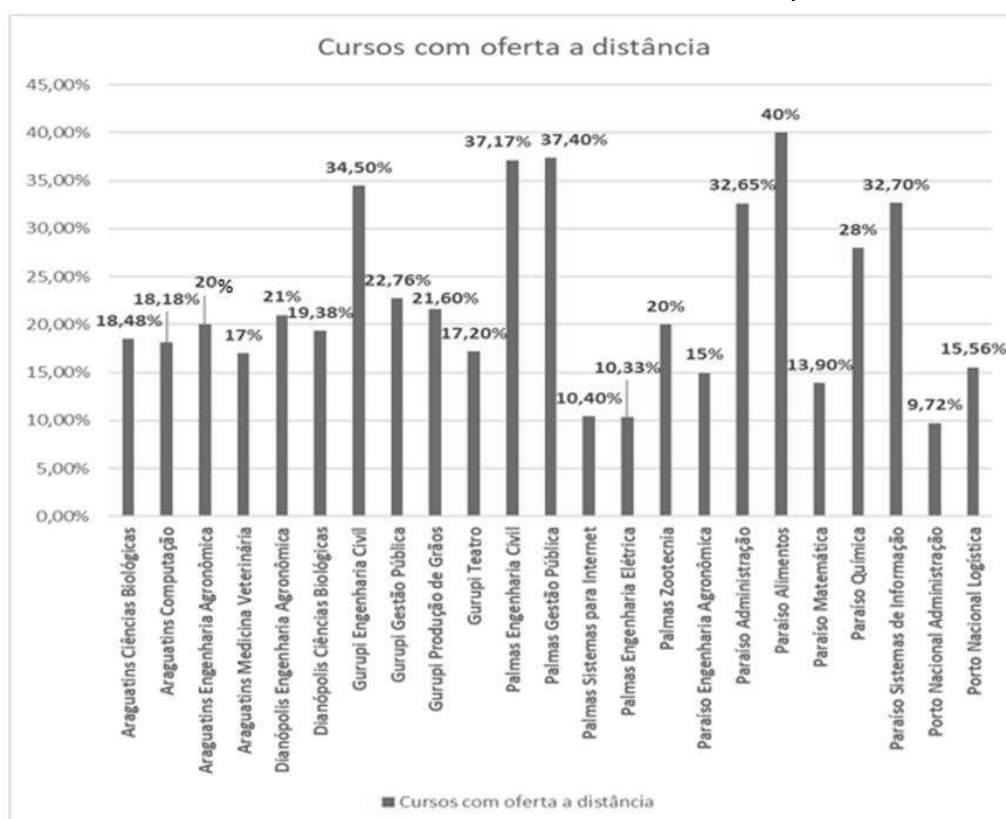
Fonte: Autoria Própria. Baseado nos Projetos pedagógicos dos cursos do IFTO.

O estudo revelou que o curso que apresenta o maior percentual a distância é o curso de Tecnologia em Alimentos do Campus Paraíso do Tocantins, chegando ao limite máximo previsto pela Legislação. O PPC registra que poderá ser usado até 40% da carga horária total do curso de forma não presencial.

Por outro lado, o menor percentual a distância encontrado foi no curso de Bacharelado em Administração do Campus Porto Nacional do Tocantins sendo utilizado apenas 9,72 % da carga horária total para o ensino ou atividades a distância ou não presencial.

Fica evidente que a modalidade a distância é uma presença marcante nos cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Tocantins e para melhor compreensão o gráfico a seguir demonstra os percentuais dos (23) vinte e três cursos presenciais com oferta a distância até o segundo semestre de 2024.

Gráfico 4- Percentuais de oferta a distância nos cursos presenciais.



Fonte: Autoria própria.

A contribuição mais notável para esta análise é perceber que a diversidade de percentuais das cargas horária à distância ou “não presencial” entre os cursos é expressa nos PPCs em conformidade com o que a portaria dispõe em seu artigo 2º parágrafo primeiro.

§ 1º O Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve apresentar claramente, na matriz curricular, o percentual de carga horária a distância e indicar as metodologias a serem utilizadas, no momento do protocolo dos pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.

Na portaria também é previsto a necessidade de indicar as metodologias a serem utilizadas no cenário dos Projetos Pedagógicos dos Cursos do ensino presencial. Na análise foi revelado que o Instituto Federal do Tocantins adota uma abordagem inovadora para a aplicação do ensino a distância.

Entre as metodologias entendeu-se que para a oferta dos cursos que têm EaD ou oferta não presencial, a base do ensino é a mediação entre os estudantes e o professor através de instrumentos tecnológicos em Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA.

O Ambiente Virtual de aprendizagem é uma plataforma online para administrar os estudos, possibilitando a troca de informações, acesso a conteúdo fundamentais e interação entre alunos, professores e tutores, tanto de forma assíncrona quanto síncrona (Vasconcelo et al., 2020).

Do ponto de vista pedagógico, o AVA representa uma sala de aula online, um ambiente destinado ao ensino e à aprendizagem significativa e colaborativa. Utilizando softwares especializados ele facilita a criação de cursos na Internet e desempenha um papel essencial no gerenciamento de conteúdo e no processo educacional dos estudantes (Vasconcelo et al., 2020).

De acordo com Fernandes e Scherer (2020), os ambientes virtuais destinados ao ensino e aprendizagem podem ser vistos como espaços de interação, nos quais a presença de pessoas ou suas contribuições registradas ocorrem de forma síncrona ou assíncrona.

Isto é, esses ambientes de interação entre alunos e professores que permitem a troca de informações de forma síncrona e assíncrona além de serem salas de aula virtuais, desempenham um papel fundamental no processo educacional, facilitando a estruturação de cursos online, fazendo o gerenciamento de conteúdo e promovendo uma aprendizagem colaborativa.

Além disso, os AVAs promovem a colaboração entre os alunos, permitindo a troca de ideias e experiências por meio de fóruns, chats e outras ferramentas de comunicação, enriquecendo o ambiente acadêmico. Nesse sentido, cerca de (21) vinte e um PPCs registram que utilizam os AVA Moodle ou o Google Classroom para a oferta do ensino a distância.

Já na busca de entender os métodos e práticas de ensino-aprendizagem nos PPCs que mencionam a oferta à distância, o IFTO mostra que organiza as

ferramentas e materiais didáticos na maioria das vezes incorporando-os ou interagindo-os com as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. Porém para atender às necessidades deste tipo de oferta de ensino foi utilizado outros materiais didáticos como livros ou apostilas.

Entende-se por material didático os recursos educacionais destinados ao processo de ensino e aprendizagem que ofereçam suporte técnico e didático-pedagógico necessários ao percurso formativo dos estudantes.

A presença do Moodle, a plataforma de aprendizagem online, foi amplamente reconhecida por suas características e recursos pedagógicos para atender os métodos e práticas de ensino-aprendizagem incorporados à integração de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs.

Entendido como o AVA efetivo do IFTO, pois no ato da abertura das classes no sistema acadêmico também é disponibilizado aos professores e estudantes matriculados uma sala com as disciplinas no Moodle.

O Moodle é um ambiente online dedicado à aprendizagem colaborativa, acessível de forma livre e gratuita a qualquer pessoa. Ele oferece uma variedade de recursos desenvolvidos para facilitar a interação e o desenvolvimento de atividades (Vasconcelo et al., 2020).

Optar pelo Moodle enfatiza a importância de escolher uma ferramenta sólida para atender às necessidades do ensino a distância, proporcionando aos alunos uma experiência de aprendizado direta para essa modalidade de ensino flexível.

O Instituto também optou pelo ambiente virtual de aprendizagem Google Classroom para complementar sua abordagem no ensino a distância. Ao adotar o Google Classroom, a instituição busca aproveitar as ferramentas intuitivas e colaborativas como a organização de materiais e comunicação oferecidas pela plataforma, proporcionando uma experiência de aprendizado dinâmica e interativa.

Em resumo, no sentido de atender os objetivos da EaD em possibilitar o acesso a materiais educacionais em qualquer momento e lugar, os AVAs são especializados na flexibilização e personalização do aprendizado, atendendo às demandas da educação contemporânea.

Isto é, o uso do AVA não apenas simplifica a experiência acadêmica mediante aos recursos didáticos através das ferramentas nativas, como também, potencializa a

qualidade do ensino, promovendo uma educação mais produtiva e alinhada com as demandas contemporâneas.

Porém a diversidade de recursos disponibilizados nos PPC amplia as possibilidades de ensino possibilitando aulas mais envolventes e adaptadas aos diferentes estilos de aprendizagem.

Essa diversificação pode ser notada na preocupação da busca constante por outros métodos para um ensino de qualidade com mais abrangência e adaptável às diferentes necessidades de aprendizagem.

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos pode ser verificado que as Unidades de Ensino investiram em muitas ferramentas de apoio e materiais didáticos físicos e, sobretudo, virtuais.

Quadro 1 - Materiais didáticos para o ensino a distância nos cursos presenciais do IFTO

Cursos	Campus	Materiais didáticos	Ferramentas de apoio
Ciências Biológicas	Araguatins	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Computação	Araguatins	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, e chat
Engenharia Agrônoma	Araguatins	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, e chat
Engenharia Agrônoma	Dianópolis	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Ciências Biológicas	Dianópolis	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Engenharia Civil	Gurupi	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Gestão Pública	Gurupi	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Produção de Grãos	Gurupi	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos

Teatro	Gurupi	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Engenharia Civil	Palmas	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Gestão Pública	Palmas	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Sistemas para Internet	Palmas	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Gestão do Agronegócio UAB	Palmas	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Engenharia Agrônômica	Palmas	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Administração	Paraíso	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Alimentos	Paraíso	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Matemática	Paraíso	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Química	Paraíso	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Sistemas de Informação	Paraíso	Livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos
Administração	Porto Nacional	Apostilas, livros e vídeos	Blog, Whatsapp
Logística	Porto Nacional	Apostilas, livros, materiais digitais e vídeos	Fórum de dúvidas e chat

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso.

Ao incorporar materiais didáticos diversificados, como livros, materiais digitais e vídeos, o IFTO demonstra uma abordagem abrangente para o aprendizado, reconhecendo a importância de oferecer recursos que atendem a diferentes estilos de

aprendizagem. Essa variedade de recursos não apenas enriquece o conteúdo, mas também promove a participação ativa dos alunos.

A integração de ferramentas de apoio, como fóruns de dúvidas, chat, e-mails e aplicativos, destaca o comprometimento do IFTO em criar um ambiente virtual dinâmico e colaborativo.

Os fóruns são espaços para a troca de ideias e esclarecimento de dúvidas, enquanto o chat e os e-mails facilitam a comunicação entre alunos e professores, promovendo uma interação personalizada e eficiente.

Um aspecto relevante para disciplinas totalmente ou parcialmente a distância é que o professor da disciplina atua como tutor a distância, tendo a liberdade para adotar suas próprias metodologias de ensino a distância. Esta prerrogativa abrange a utilização de métodos síncronos ou assíncronos, permitindo ao educador selecionar a abordagem que considere mais eficaz para o contexto específico da disciplina.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas pelo professor-tutor, destacam-se a postagem de materiais didáticos, elaboração de trabalhos e estudos dirigidos, administração de chats ou fóruns de discussão, acompanhamento de dúvidas dos alunos, aplicação de avaliações, entre outras práticas que julgue adequadas para promover a aprendizagem a distância de maneira efetiva.

Essa flexibilidade metodológica reforça a capacidade do professor de adaptar-se às necessidades variadas dos alunos e otimizar o processo de ensino-aprendizagem na modalidade online, garantindo que os estudantes tenham acesso a recursos, metodologias e ferramentas adequadas para uma formação de qualidade perante ao cenário educacional brasileiro.

O IFTO também tem uma participação importante para a oferta destas metodologias para suas disciplinas à distância, que são as capacitações e a disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

No início do primeiro semestre letivo, é disponibilizado treinamento para os alunos utilizarem o AVA, como também para os envolvidos na execução do curso ou disciplina a distância. Todos devem participar de capacitação específica quando necessário, garantindo assim, um bom desempenho em suas funções.

Outro fator importante é que durante o desenvolvimento das aulas não presenciais as Unidades de Ensino deverão dar condições para a manutenção dos estudos. Todas deverão providenciar uma sala de apoio ao Ambiente de Acesso às

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) equipada com dispositivos e conexão à internet adequada. Permitindo, assim, que os alunos sem acesso a esses recursos possam utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Por consequente, o estudo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação presencial que ofertam os percentuais a distância, revelou que dos (21) vinte e um cursos, em vigência no IFTO em conformidade com a Portaria MEC 2.117/19 todos propõem diversificadas metodologias para atender o ensino a distância adaptando-se às especificidades de cada curso e Campus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2019, os cursos de graduação presenciais, recebem do Ministério da Educação, novas regras e critérios para regulamentar sua oferta mediante a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro.

Esta Portaria estabelece que as Instituições de Educação Superior poderão usar um limite de até 40% da carga horária total do curso na modalidade a distância - EaD. O artigo 2º, estabelece que o percentual deve estar evidentemente presente na matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Quando os PPCs propõem que o ensino pode ser efetivo a partir das especificidades do processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias de informação e comunicação, predominantemente digitais precisa ser pensado em ações para se ter amparo em um ambiente digital planejado e estruturado de forma coletiva por docentes e equipe multidisciplinar, respeitando a premissa de uma prática docente autoral e reflexiva. (Lima, 2023)

Com o objetivo de entender como o IFTO lida com a oferta do ensino a distância e se está em conformidade com o previsto pela Portaria MEC nº 2.117/19, foram analisados (44) quarenta e quatro Projetos Pedagógicos de cursos de graduação presenciais. O que resultou que, dentre eles, (11) onze cursos de bacharelados, 6 cursos em licenciaturas e 6 cursos tecnológicos consistiram na oferta a distância em sua carga horária. Seja através de disciplinas totalmente a distância ou parcialmente a distância.

O ensino superior é um campo diversificado e abrangente. Segundo Schwartzman (2021) o ensino evoluiu ao longo do tempo, envolvendo milhões de pessoas em todo o mundo e que não se limita mais a um pequeno número de Universidades, mas abrange uma grande variedade de instituições com diferentes objetivos, recursos, formas de governança e orientações.

Perante este contexto é crucial retomar a proposta que delineou esta pesquisa, destacando a abordagem abrangente da educação a distância nos cursos de graduação do IFTO e sua evolução ao longo do tempo.

Vale ressaltar que este estudo visou a produção do conhecimento teórico, não

tendo a ambição de desenvolver uma aplicação que resolvesse definitivamente a situação problema. Assim, deixa como proposta que outros pesquisadores possam nortear para novos estudos, como também, os gestores possam usar os resultados para a atual realidade da aderência dos cursos de graduação presenciais aos percentuais a distância.

Como parte envolvida, pois, enquanto estudante de Gestão Pública do Campus Palmas, é necessário entender o cumprimento e a eficácia de uma política pública. E o que se observou foi a variedade de métodos e ferramentas apresentados para fazer o ensino à distância nos cursos superiores presenciais que adotaram a EaD destacando a capacidade adaptativa do IFTO às necessidades específicas de seus cursos e campus nos (23) vinte e três cursos superiores dos (44) quarenta e quatro ofertados.

A implementação do AVA Moodle e a diversificação dos materiais didáticos e ferramentas de apoio posicionam o IFTO na modernidade da educação online, destacando-se como uma instituição adaptada às demandas contemporâneas.

Nota-se que o AVA desempenha um papel fundamental no ensino superior, proporcionando uma plataforma dinâmica e interativa para o processo educacional através de ferramentas tecnológicas que oferecem aos alunos e professores a flexibilidade de acesso a recursos educacionais a qualquer momento e em qualquer lugar, facilitando a aprendizagem e a personalização do ritmo de estudo.

Esses espaços, ao viabilizarem o acesso e participação dos indivíduos, tornam-se ambientes propícios para o convívio, diálogo, encontros, influência emocional, construção de conhecimento, enfim, um cenário virtual favorável à aprendizagem (Fernandes; Scherer, 2020).

Portanto, em um cenário em que a oferta de ensino a distância está em constante expansão na educação global, o IFTO se destaca como uma instituição que confirma a importância dessa modalidade para atender às demandas educacionais. E, a flexibilidade e a personalização tornam-se, assim, as ferramentas essenciais para atender às diversas necessidades de aprendizado, fortalecendo a autonomia dos estudantes e contribuindo para uma educação mais inclusiva e eficaz.

É importante ressaltar que a portaria 2.117/19 substituiu portarias anteriores e estabeleceu critérios e flexibilidade para a expansão do ensino a distância para os

curso de graduação. Isso significa que, de acordo com essa nova regulamentação, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm maior liberdade para oferecer cursos presenciais com oferta de carga horária na modalidade a distância.

Nesse sentido, acredita-se que o percentual de carga horária a distância ou “não presencial” nos cursos presenciais do IFTO é importante não apenas como resposta à Legislação vigente, mas também, como uma maneira de ampliar o alcance e o acesso à educação superior, atendendo às necessidades dos estudantes e, contribuindo, para a uma educação socialmente referenciada.

No entanto, é fundamental que as Instituições de Ensino Superior, em especial, o Instituto Federal do Tocantins, continue aprimorando seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para garantir a plena conformidade regulatória dos percentuais à distância, porém, com atenção dobrada para as metodologias, métodos e tecnologias inovadoras propostas para os cursos.

Que a premissa de adesão do ensino a distância ao ensino presencial seja, de fato, adequado para uma educação de excelência e de qualidade onde atenda às necessidades dos estudantes através de currículos efetivamente implantados respeitando as diferenças da modalidade.

E que seja um ensino fundamentado no pensamento reflexivo e crítico, no trabalho colaborativo, na formação e na tomada de decisões coletivas e éticas para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 10, 2011. Disponível em: <https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/235>. Acesso em: 25. Jul. 2024.

APARECIDO, Cristina Tischer Ranalli; ZAMBON, Marcelo Socorro. **Democratização da Educação e a Expansão do Ensino a Distância no Brasil. Teoria & prática**: revista de humanidades, ciências sociais e cultura, v. 2, n. 1, p. 1-13,. Disponível em: <http://revista.isca.edu.br/index.php/revista/article/view/24>. Acesso em: 8. ago. 2023.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/lei9394.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

Brasil. Portaria nº 1.428, de 28 dezembro 2018. **Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2669/portaria-mec-n-1.428>. Acesso em: 30 jan.2025.

Brasil. Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 out. 2001. Disponível em: <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/Portaria-n%C2%B0-2.253-de-18-de-outubro-de-2001.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Brasil. Portaria nº 4.059, de 10 dezembro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1989/portaria-n-4059>. Acesso em: 29 jan. 2025.

Brasil. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

Brasil. **Presidência da República**. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dezembro 2005. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2366/decreto-n-5.622>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Brasil. **Presidência da República**. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dezembro 2007. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/90/decreto-n-6.303>. Acesso em: 28 jan. 2025.

Brasil. **Presidência da República**. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Decreto-9057-2017-05-25.pdf>. Acesso em: 24. ago. 2023.

CARVALHO, Adélia Honório. **A evolução histórica da educação a distância no Brasil: avanços e retrocessos 2013**. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20997/3/MD_EDUMTE_II_2012_01.pdf Acesso em: 14. Jun. 2024.

CRUZ, Joseany Rodrigues; LIMA, Daniela da Costa Brito Pereira. **Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos**. Jornal de Políticas Educacionais, v. 13, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64564/42115> Acesso em: 15. ago. 2023.

FARIA, Adriano Antonio; SALVADORI, Angela. **A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 8, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/revusc/article/view/120>. Acesso em: 27 jun. 2024.

FERNANDES, Frederico; SCHERER, Suely. **Constituição de Um Ambiente Virtual de Aprendizagem: Uma Disciplina, Espaços Virtuais, Interações..** EaD em Foco, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/996/523>. Acesso em: 23. Set. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo Soares Di Sabatino; MOTTA, Ana Carolina de Gouvêa Dantas; CHAVES, Rodrigo. **O uso cotidiano do projeto pedagógico de curso pelos docentes de graduação em engenharia: a identificação de uma ferramenta para a sua disseminação**. Revista Tecnológica da Universidade Santa Úrsula, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/TEC-USU/article/view/490>. Acesso em: 9. out. 2023.

HAYASHI, C.; SOEIRA, F. S.; CUSTÓDIO, F. R. **Análise das Políticas Públicas de Educação a Distância no Brasil**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1667/1473>. Acesso em: 15 ago. 2023.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A educação à distância: história, concepções e perspectivas**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, v. 166, p. 181, 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf. Acesso em: 10. Jan.

2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/cursos/cursos-graduacao> . Acesso em: 08 dez. 2023.

LIMA, D. da C. B. P. QUALITY, e-CITIZENSHIP AND DISTANCE EDUCATION: A POSSIBLE RELATIONSHIP. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 460–471, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/77113>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**: educação a distância hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 138 p.

MINEIRO, Márcia; SILVA, Mara A.; FERREIRA, Lúcia Gracia. **Pesquisa qualitativa e quantitativa**: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. 2022. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/123456789/10690>. Acesso em: 7 set. 2023.

MOORE. M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAES, Dinorá de Fátima Gonçalves et al. **A educação a distância e a formação docente**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17673>. Acesso em: 06. Jun. 2024.

MUGNOL, Marcio. **A educação a distância no Brasil**: conceitos e fundamentos. Revista Diálogo Educacional, v. 9, n. 27, p. 335-349, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416X2009000200008&script=sci_abstract. Acesso em: 25 jul. 2024.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil**: uma visão abrangente. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

OLIVEIRA, Francisco Ariclene; DOS SANTOS, Ana Maria Sampaio. **Democratização do ensino superior através da modalidade de educação a distância no Brasil**: Um convite a reflexão. Revista Científica de Educação a Distância, v. 11, n. 20, 2019. Disponível em: <https://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/972>. Acesso em: 24 ago. 2023.

RESENDE, Stela Galbardi de; COSTA, Maria Luisa Furlan. **Reforma do Estado brasileiro e a expansão da Educação a Distância no Brasil (1996-2016)**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, p. 31-48, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11503> Acesso em: 29 nov. 2023.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DOS SANTOS, Josely Alves. **As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação**. Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49/41>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RUAS, Kelly Cristina da Silva; TAVEIRA, Franciele Aparecida Henrique; MACIEL, Carina Elisabeth. **Políticas Públicas para Oferta da Carga Horária a Distância na Educação Superior – 2001-2020**. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 4. , 2022, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/seadco/article/view/20371>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SCHWARTZMAN, Simon; SILVA FILHO, Roberto Lobo; COELHO, Rooney RA. **Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito**. Estudos Avançados, v. 35, p. 153-186, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/D7bZJtnnXyjCPQ3g9T8CzpK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

SOARES, Rodrigo de Araújo ; SILVA, Gláucia Alves. **Regulamentos da EaD no Brasil e o impacto da Portaria Nº 343/2020 no Ensino Superior**. EaD em foco, v. 10, n. 3, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1043>. Acesso em: 08. Jul. 2024.

SOUZA, MOURO DE, M. **Histórico da EAD no mundo e no Brasil**. Revista Científica FESA, [S. l.], v. 3, n. 20, p. 133–143, 2024. DOI: 10.56069/2676-0428.2024.493. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/493>. Acesso em: 01 out. 2024.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; DE JESUS, Ana Lúcia Paranhos; DE MIRANDA SANTOS, Carine. **Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) na educação a distância (EAD): um estudo sobre o Moodle**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 3, p. 15545-15557, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/8165/7044>. Acesso em: 28 nov. 2023.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: Editora RDS, 2010. Disponível em: http://www.uece.br/ppge/wp-content/uploads/sites/58/2021/07/edital_29-1.pdf. Acesso em: 08. Jul. 2024.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. **Educação a Distância e Tecnologias: conceitos, termos e um pouco de história**. Revista Magistro, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <https://granrio.emnuvens.com.br/magistro/article/view/1197>. Acesso em: 14. Jun 2024.